

EDITORIAL

Apontámos em editorial anterior alguns problemas relativos à formação pediátrica. Aliás, estes problemas são hoje, na sua maioria, os mesmos que se põem a outras grandes áreas do conhecimento médico.

Referimos já a nossa preocupação pelo diminuto número de pediatras em formação, e que, dificilmente, tendo presente os médicos que se licenciam anualmente, terá solução adequada.

Lemos e ouvimos, repetidamente, que grande parte das dificuldades ligadas à carência de médicos é da responsabilidade das Faculdades de Medicina por estabelecerem *numerus clausus*, o que é mesmo referido por autoridades governamentais.

Espanta-me que, desde há anos, conhecida esta carência, nada tenha sido planeado, e mesmo, se reduza progressiva e sistematicamente a capacidade de ensino, por imposições económicas exteriores, que impedem o aprofundamento, a investigação e diminuam drasticamente o número de docentes.

Como ensinar bem a mais alunos se o corpo docente e as condições materiais são cada vez menores?

Mesmo a criação de novas faculdades, duas, três ou quatro, as que sejam, só poderão licenciar médicos a partir do ano 2005, e, especialistas, na melhor das hipóteses, pelo ano 2010/12.

Provavelmente, não mais que 100 a 120 novos médicos, pois que, para tal são necessários também hospitais e centros de saúde, com uma população de doentes numerosa e de patologia diversificada, num conjunto integrado que dificilmente se encontra.

Ter-se-á de procurar, ao menos transitivamente, uma outra solução.

É possível que, para a carência de médicos de família, os colegas espanhóis possam preencher algumas falhas. Em relação às especialidades, o que temos verificado é que, completada a sua formação, regressam ao seu país para aí a exercerem como especialistas.

Na verdade o problema da pediatria é ainda mais grave do que julgávamos, tendo presente apenas a carência de internos.

Procurámos estudar a situação dos pediatras em Portugal utilizando os dados relativos ao ano de 1997, obtidos na Ordem dos Médicos e, com grande preocupação verificámos que, dos 1241 pediatras, 182 (15%) tinham mais de 65 anos, 115 (9%) pertenciam ao grupo etário compreendido entre os 61 e 65 anos e, ainda, 105 (8,5%) tinham idades compreendidas entre os 56 e 60 anos. No escalão dos 51-55 anos estavam 12% dos pediatras. Quer dizer que 44% dos pediatras têm mais de 50 anos, cerca de 30% atingiu os 60 anos, no geral a idade da reforma.

Há que apontar que muitos destes pediatras estão já reformados, e portanto, desligados do serviço público, o que acarreta ainda uma maior interrogação quanto ao futuro da pediatria hospitalar e muito particularmente da diferenciação, especialização e subespecialização, que num bom momento da Pediatria Portuguesa conseguimos entre nós, e que conta, actualmente, com profissionais de renome internacional.

Acresce que há uma progressiva feminização da pediatria que globalmente tem já um valor percentual de 55% para as médicas.

Há que apontar, ainda, que nos grupos etários compreendidos entre os 31 e os 50 anos este predomínio chega a ser duas a três vezes superior ao dos pediatras do sexo masculino.

Não havendo seguramente qualquer diferença quanto à qualidade profissional, científica e de investigação, sendo mesmo reconhecida às médicas uma maior qualidade na humanização, são, também, conhecidos os problemas relacionados com a sua rentabilidade, nos quais se inclui a possibilidade da reforma antecipada.

Têm os pediatras a obrigação de estudar e procurar soluções, mesmo que transitórias, que possam contribuir para manter uma assistência pediátrica minimamente adequada as necessidades das crianças e adolescentes portugueses.

Em tal, estamos seguramente empenhados todos nós, e muito particularmente a Sociedade Portuguesa de Pediatria.

Norberto Teixeira Santos